Entre as Lógicas Mercantilistas e Naturalistas: o Debate Ambiental no Espetáculo da COP30

Deborah Kelly Nascimento Pessoa
dknpessoa@ufop.edu.br

Luciano Rossoni
lrossoni@gmail.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo refletir sobre as dimensões normativas e culturais-cognitivas no debate ambiental em torno dos eventos da COP30 em Belém-PA, as quais se manifestaram em duas lógicas institucionais distintas: a da mercantilização do evento, pautada em ações de mercado e na promoção da agenda objetiva; e a naturalista, preocupada com o desdobramento das ações e suas consequências para a natureza e para os povos. Por meio de uma abordagem etnográfica, os achados apontam para quatro principais questões, em que três delas refletem a lógica da mercantilização: a análise da intenção, estrutura e resultados da COP30; a mobilização do que chamamos de "Copa do Clima"; avaliação da mercantilização da sustentabilidade a partir de espaços extraoficiais do evento. Já a outra naturalista se manifestou no estudo da Cúpula dos Povos, como um contraponto popular, defendendo o direito da natureza aos povos. Como considerações finais, apresenta-se que a COP30 funcionou como um campo de disputas normativas e culturais-cognitivas, em que governos, movimentos sociais e corporações competiam para impor seus significados sobre sustentabilidade e justiça climática.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria institucional; COP30; mercantilização da natureza.

INTRODUÇÃO

Segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, entre 2011 e 2020, a temperatura média da superfície global aumentou 1,1°C em comparação com os valores registrados entre os anos 1850 e 1900. O relatório reforça que o aquecimento global foi causado pelas emissões de gases de efeito estufa, resultado das ações humanas, como o uso insustentável de energia, uso da terra e as mudanças no uso da terra, estilos de vida, padrões de consumo e produção (IPCC, 2023).

O relatório destaca ainda que, como consequência, o mundo tem vivenciado mudanças intensas na atmosfera, nos oceanos, na criosfera e na biosfera, levando a eventos climáticos e meteorológicos extremos em todas as regiões. Essas alterações têm causado prejuízos à natureza e às pessoas, com as comunidades vulneráveis sendo as mais impactadas (IPCC, 2023).

No Brasil, as enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul são evidências das consequências apontadas no relatório. Segundo boletins oficiais, as enchentes de 2024 afetaram 478 municípios e mais de 2 milhões de pessoas, sendo confirmadas 184 mortes, além daquelas que seguiram desaparecidas (Rio Grande do Sul, 2025). No maior desastre

ambiental do estado, além das mortes, pessoas desabrigadas e danos materiais, diversos municípios ficaram sem acesso viário, sem energia elétrica, sem internet, enfrentando problemas no abastecimento (Faria; Skamvetsakis, 2025).

As mudanças climáticas têm alterado a redução na quantidade de chuva em áreas do Cerrado, do Vale do São Francisco e da Amazônia e intensificado eventos de chuvas extremas, não apenas no sul (Artaxo, 2025). Continuamente, o Brasil tem registrado eventos climáticos extremos, chuvas intensas e secas prolongadas nas diferentes regiões do país. Embora esses fenômenos produzam efeitos diversos, as consequências são cruéis para os atingidos (Silva, 2015).

Internacionalmente, as Nações Unidas mobilizam todos os anos a Conferência das Partes (COP) como o maior evento global para debates e acordos sobre as mudanças climáticas, no compromisso de fortalecer o multilateralismo e viabilizar a implementação do Acordo de Paris (COP30, 2025b). Essa conferência é um evento que atua como catalisador de padrões normativos em torno da pauta da mudança climática, impulsionando grande mobilização e impacto social no debate ambiental.

O Brasil sediou a 30ª Conferência das Partes (COP30) em Belém, capital do Pará. O evento ocorreu oficialmente entre 10 e 21 de novembro de 2025 e, além de sua programação intensa distribuída entre *Green* e *Blue Zone* — com áreas abertas e restritas ao público —, também foi acompanhado de inúmeras atividades correlacionadas, antes, durante e depois do período da conferência.

Um dos eventos de grande mobilização foi a Cúpula dos Povos, que atuou, segundo seus organizadores, como um contraponto ao caráter "privatista" das COPs (Cúpula dos Povos, 2025a). Esse evento gerou forte mobilização popular em um cenário de disputa pelo protagonismo no debate sobre o clima.

A COP30 foi apontada como um evento de grande importância para o Brasil, chamando a atenção também pelo ineditismo de ocorrer na Amazônia. Ela foi identificada como a "COP da virada", e muitas expectativas foram criadas para as possíveis soluções capazes de conciliar desenvolvimento sustentável e justiça climática (Brasil, 2024; Artaxo, 2025).

No contexto em que as atenções mundiais estavam focadas em Belém, chamou a atenção que grandes empresas também disputaram o protagonismo no evento. Elas patrocinaram propagandas e infraestruturas em espaços oficiais e não oficiais, em localizações estratégicas na cidade, buscando transmitir a imagem de sustentabilidade e adaptação às demandas ambientais.

Como pressuposto teórico, este trabalho é orientado pela teoria institucional, que considera que "as organizações estão inseridas em um ambiente constituído por regras, crenças e valores, criados e consolidados por meio da interação social [...]" (Machado-da-Silva; Fonseca, 2010, p. 39). Nesse sentido, o contexto da COP30 é analisado como um ambiente institucional, cujos aspectos normativos e culturais-cognitivos estão em disputa, permeados por lógicas mercantilistas e naturalistas.

Diante disso, este trabalho foi orientado pelo seguinte objetivo: refletir sobre as dimensões normativas e culturais-cognitivas no debate ambiental em torno dos eventos da COP30 em Belém-PA, a partir de duas lógicas institucionais distintas: a da mercantilização do evento, pautada em ações de mercado e na promoção da agenda objetiva; e a naturalista, preocupada com o desdobramento das ações e suas consequências para a natureza e para os povos.

Metodologicamente, este estudo foi desenvolvido por uma pesquisa de caráter etnográfico, diante da oportunidade de imersão no cenário apresentado. A proposta inicial foi explorar o contexto da COP30 em Belém e registrar os acontecimentos, cenários e falas. Após a análise dos diários de campo, a pesquisa foi orientada a levantar dados em publicações

oficiais. Como resultado, foram constatadas mobilizações das dimensões normativas e culturais-cognitivas nos diferentes espaços visitados em Belém, norteando a discussão apresentada nesta publicação.

Na seção seguinte, são apresentados os pressupostos teóricos que fundamentam a discussão apresentada.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO: COPs COMO REPRESENTAÇÃO DE LÓGICAS

Instituições são estruturas sociais duráveis constituídas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais. Regras, normas e crenças culturais são seus ingredientes fundamentais, emergindo da interação e sendo preservadas ou modificadas no comportamento social (Scott, 2008). Para Berger e Luckmann (2007), instituições são tipificações recíprocas de ações rotineiras que regulam o comportamento humano, estabelecendo padrões que o direcionam em detrimento de inúmeras outras direções possíveis. Scott (2008) identifica três pilares que se reforçam mutuamente: o regulativo, que envolve a capacidade de estabelecer regras, inspecionar conformidade e aplicar sanções; o normativo, que enfatiza valores e normas prescritivas sobre o que é desejável e os meios legítimos de agir; e o cultural-cognitivo, que trata da mediação entre estímulos externos e resposta individual, destacando a construção socialmente compartilhada de significados.

Esses pilares sustentam o conceito de legitimidade, palavra-chave da teoria neo-institucional. Como observam Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2005), questionamentos sobre a adequação de práticas e normas, diante de pressões internas e externas, podem inviabilizar a reprodução de padrões institucionalizados, desencadeando processos de desinstitucionalização. Isso implica reconhecer que a homogeneização institucional não deriva de reprodução irrefletida, mas de regularidade proveniente da aceitação de determinadas ações, mediadas pela interpretação dos atores.

No debate sobre sustentabilidade, Zanoni e Oliveira (2023) indicam que a sustentabilidade passou a funcionar como fator legitimador das organizações, de modo que adotar práticas sustentáveis atende às expectativas de atores relevantes e facilita o acesso a recursos. Contudo, na prática, o significado do conceito pode não corresponder à sua efetiva operacionalização, seja por ausência de entendimento sobre como agir, seja por conveniência. Jennings e Hoffman (2017) reforçam a necessidade de combinar teoria institucional e questão ambiental, reconhecendo a responsabilidade da agência humana no processo e considerando múltiplos níveis de análise em perspectiva longitudinal.

Lógicas institucionais: entre o mercado e a natureza

A teoria das lógicas institucionais reconhece que as organizações navegam entre ordens institucionais distintas, com princípios e valores por vezes concorrentes. Friedland e Alford (1991) formalizaram esse argumento ao propor que cada ordem institucional orienta o comportamento de forma própria e potencialmente conflitante. Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) aprofundaram essa perspectiva, demonstrando como as lógicas estruturam identidades e práticas de modo nem sempre reflexivo. Neste trabalho, duas lógicas se revelam centrais: a lógica mercantilista e a lógica naturalista.

A lógica mercantilista orienta a ação organizacional pela racionalidade econômica, tratando a natureza como recurso a ser explorado ou externalidade a ser gerenciada. A sustentabilidade é incorporada na medida em que representa vantagem competitiva ou redução de riscos regulatórios (Fligstein, 2001). Hahn *et al*. (2015) argumentam que a lógica mercantilista tende a subordinar as demais quando as pressões de desempenho financeiro se

intensificam, resultando, como observam Zanoni e Oliveira (2023), em uma adoção instrumental — e não substantiva — da sustentabilidade.

A lógica naturalista ancora-se no reconhecimento da natureza como fim em si mesma. Gladwin, Kennelly e Krause (1995) denominam esse paradigma de "sustentabilismo", que implica reconhecer os limites biofísicos do planeta e a interdependência entre sistemas humanos e naturais. Para Shrivastava (1995), uma orientação genuinamente ecológica requer a reconfiguração dos próprios critérios de sucesso organizacional, representando ruptura com a racionalidade instrumental predominante. Essa lógica opera prioritariamente pelo pilar cultural-cognitivo, mobilizando crenças que atribuem valor intrínseco ao equilíbrio ecológico (Scott, 2008).

A coexistência dessas lógicas gera tensões e hibridismos. Pache e Santos (2010) argumentam que, diante de demandas conflitantes, as organizações podem adotar conformidade seletiva ou combinar elementos de cada lógica. Compreender como atores mobilizam ou subvertem essas ordens é central para analisar de que modo práticas sustentáveis são construídas, legitimadas ou esvaziadas de sentido no campo em questão.

METODOLOGIA

Este trabalho corresponde a uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica. A possibilidade de estar *in loco* em Belém durante a COP30 permitiu a imersão em campo por meio da observação participante. A vivência foi conduzida pela orientação indutiva, sem pressupostos prévios. O objetivo inicial era registrar eventos, oficiais e extraoficiais, em diários de campo e fotografias.

A etnografia é uma atividade social centrada no trabalho de campo e na elaboração de representações escritas das interpretações culturais vinculadas a um contexto particular. (Maamen, 2015). A etnografia mantém um foco constante nos detalhes do campo, avaliando e verificando o que ocorre ao longo de todo o processo de pesquisa. Ele procura entender as informações no contexto analisado, avaliando-as tanto entre os informantes quanto nas situações em que são apresentadas (Maanen, 1979).

Os diários documentaram detalhes dos ambientes, comportamentos sociais, falas, experiências e sentimentos das vivências de campo. O trabalho de campo foi realizado de 9 a 19 de novembro de 2025, abrangendo quase todo o período da COP30 em Belém. De forma que os registros nos diários de campo pautaram um conjunto de temas, questões e inquietações que foram tratados pela análise de conteúdo.

A análise de conteúdo indicou temas recorrentes, como a COP30 como espetáculo global; a transformação da crise climática em evento; captura da pauta ambiental pela lógica de consumo do “capitalismo verde sustentável”; contrapontos de mobilização popular como oposição à elitização e mercantilização da pauta ambiental; *greenwashing*. Os temas que emergiram no diário de campo nortearam a segunda etapa da pesquisa, que consistiu no levantamento de dados secundários em publicações de sites oficiais. Como resultado, temos quatro grandes categorias de análise.

ACHADOS

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP30)

As convenções sobre mudança do clima foram concebidas em 1992 em evento conhecido como Rio-92, ou Cúpula da Terra. Esse evento abriu caminho para, anos depois, a criação da primeira Conferência das Partes (COP). O objetivo dessa mobilização mundial era o de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. A partir disso, anualmente, as COPs passaram a acontecer, reunindo os países signatários para discutir acordos e ações conjuntas (Brasil, 2025a).

O Acordo de Paris, firmado em 2015, é um dos principais instrumentos da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima). Ele indica esforços para limitar o aumento da temperatura média global a níveis pré-industriais, mobilizando para o máximo de 1,5°C. Voltados a esse objetivo, os países apresentam planos (Contribuições Nacionalmente Determinadas - NDCs) que detalham como reduzirão as emissões e se adaptarão aos impactos da mudança do clima. A partir de 2015, a cada 5 anos, as NDCs são atualizadas (Brasil, 2025a).

As COPs agem como mobilizadores globais e a 30ª edição chega a Belém em um ano de marcos históricos significativos. O país foi indicado e aprovado como sede no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula, que tem buscado protagonismo internacional na pauta climática.

Apesar da longa trajetória de mobilizações, as COPs enfrentam grandes entraves, como os países poluidores cujas economias se baseiam em combustíveis fósseis, as empresas petroleiras, questões geopolíticas e a apatia política e social do público em relação à causa climática. Também sobressaem-se as confrontações econômicas com a desigualdade de desenvolvimento entre os países, em meio às propostas de mobilização global.

Em Belém, para comportar a conferência em toda a sua grande proporção, foram investidos bilhões de reais na preparação da cidade em infraestrutura, além de ser mobilizada uma grandiosa estrutura montada provisoriamente e dividida entre *Blue Zone*, de acesso restrito às delegações e demais credenciados, e *Green Zone*, aberta ao público em geral. A Figura 1 apresenta uma fotografia da entrada da Blue Zone.



Figura 1 - Foto da vista frontal da Blue Zone, espaço de acesso restrito da COP30.

Os números que retratam a dimensão do evento e seus principais resultados são apresentados no Quadro 1. Eles evidenciam a abrangência global e a magnitude que a COP30 contabilizou.

A *Green Zone* foi programada para ser o palco de mobilização pública. Os 61 pavilhões e estandes foram ocupados por agentes públicos, privados e da sociedade civil, organizando espaços com ambientes interativos, tecnológicos, sofás e cadeiras para comportar as inúmeras palestras, mesas-redondas, debates e cerimônias. O espaço era aberto ao público, mas os participantes credenciados da *Blue Zone* também eram encontrados em grande número circulando entre os estandes da *Green Zone*. Também foram vistas celebridades e autoridades frequentando os corredores da *Green Zone*, além dos inúmeros jornalistas. A Figura 2 ilustra um evento no estande do BNDES com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.



Figura 2 - Foto do vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, em evento do BNDES na Green Zone.

Entre o público visitante da *Green Zone*, era possível ver grande euforia nos espaços tecnológicos e interativos, nos coffee breaks e nas filas para distribuição de brindes. Também existia um espaço dedicado à venda de produtos feitos por pequenos produtores ou associações, assim como uma quantidade expressiva de indígenas, sentados nos corredores, vendendo artesanato.

Apesar de ser pauta da conferência, a redução do consumo de plástico, ou diminuição da produção de lixo, foi possível constatar contradições nesse sentido nos eventos da *Green Zone*. Outra contradição foi o consumo de combustíveis fósseis, pois, apesar de serem combatidos na conferência, os geradores que forneciam energia aos espaços oficiais da COP30 eram alimentados a diesel.

Um dos principais resultados do evento foi a construção do Pacote de Belém. São destaques desse “pacote”: o avanço da implementação da mitigação das emissões; ampliação do financiamento para adaptação climática; financiamento climático internacional, com a meta de mobilizar U$1,3 trilhão, avançando no debate de financiamento aos países em desenvolvimento; promoção tecnológica, enfrentando barreiras à transferência de tecnologia, fortalecendo sistemas nacionais, ampliando financiamento, promovendo tecnologias endógenas e indígenas em países em desenvolvimento; capacitação; perdas e danos ambientais, identificando lacunas de apoio, aprimorando diálogo e coordenação

internacionais, fortalecendo ações e suporte às regiões mais vulneráveis (Brasil, 2025c; COP30, 2025a).

O documento enfatiza a necessidade de transformar compromissos em ações concretas e posiciona a COP30 como a "COP da Implementação", sinalizando a efetividade dos acordos. Além disso, apresenta a proposta de elaboração de mapas do caminho, buscando avançar na implementação pela transição para o afastamento dos combustíveis fósseis e pelo fim e pela reversão do desmatamento e da degradação florestal até 2030; faz menção ao balanço global como bússola para a ação; e conclama um mutirão mundial como mobilização coletiva de propósito comum. São apontados avanços políticos e normativos como fatores que mobilizam a implementação prática e a efetividade das ações propostas (Brasil, 2025c).

O caráter normativo do relatório é reforçado no seguinte trecho do documento: "Esses avanços normativos refletem uma mudança decisiva: dos compromissos abstratos para mecanismos capazes de viabilizar entregas concretas, especialmente no Sul Global" (Brasil, 2025c, p. 65).

Em trecho final do relatório, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, faz menção à importância da mobilização por mudanças. Segundo ele: "Este momento não deve ser lembrado como o fim de uma conferência, mas como o início de uma década de mudança. O espírito que construímos aqui não termina com o bater do martelo; ele continua em cada reunião de governo, em cada conselho de administração e sindicato, em cada sala de aula, laboratório, comunidade florestal, grande cidade e cidade costeira." (Brasil, 2025c, p. 71).

Uma Não-Mercantilização: A Cúpula dos Povos

A Cúpula dos Povos começou a ser articulada ainda em 2023, a partir da mobilização de diferentes frentes sociais e ambientais no Brasil, afirmando o compromisso com a agenda de justiça climática e social, em uma construção coletiva (Cúpula dos Povos, 2025a).

A mobilização coletiva seguiu, participando dos eventos oficiais das Nações Unidas e articulando forças com movimentos de outras nacionalidades (Cúpula dos Povos, 2025a). O resultado foi a organização de um evento popular de grande expressividade numérica, que ocorreu entre os dias 12 e 16 de novembro de 2025, tendo a Universidade Federal do Pará (UFPA) como sede principal.

O porte do evento e a capilaridade de sua articulação impressionaram, seja pelo número de pessoas participantes, pelo número de entidades representativas, pelo número de eventos, palcos e espaços ocupados na universidade, pelo tamanho da barqueata, ou pela mobilização na marcha pelo clima. A Figura 3 evidencia a estrutura do palco principal montado na UFPA.

.



Figura 3 - Foto da abertura da Cúpula dos Povos no palco principal.

A barqueata contou com mais de 200 barcos, levando aproximadamente 5 mil pessoas pela Baía do Guajará. A mobilização ocorreu, contando com barcos decorados com faixas de protesto, bandeiras, infláveis, chamando a atenção para a destruição do meio ambiente, denunciando os impactos do agronegócio, das grandes obras de infraestrutura, clamando por justiça climática (ver Figura 4).

Outro evento de grande impacto foi a Marcha pelo Clima, que contabilizou mais de 70 mil pessoas, marchando sob uma temperatura de mais de 35ºC, repleta de expressões artísticas voltadas às denúncias das injustiças.



Figura 4 - Foto da barqueata da Cúpula dos Povos na Baía do Guajará.

Outra ação da programação da Cúpula dos Povos foi a organização de um "banquetaço" na Praça da República, região central de Belém. Nesse evento, foram distribuídas gratuitamente refeições, além de frutas e tubérculos, oriundos da produção

agroecológica. O evento demarcou protestos pelo fim dos agrotóxicos e pela celebração da agricultura familiar, indicando que o alimento no prato é algo revolucionário. Também se fez presente no evento a cultura popular por meio da música e do artesanato, em uma grande confraternização coletiva.

A maior parte dos eventos que foram visitados se afirmou como contraponto ao que ocorria nos espaços oficiais da COP30. O horizonte pautado na lógica coletiva, colaborativa de respeito mútuo com o próximo e com a natureza, em que o consumo, o desenvolvimento e o progresso capitalista fossem desestimulados. A defesa de um sistema humano inspirado nos povos tradicionais, distante do que o capitalismo representa.

Os protestos dos indígenas na entrada da *Blue Zone* foram celebrados por muitos. A empresa Hydro, mineradora no Pará, foi denunciada por violações ao meio ambiente e aos direitos humanos. A mineradora Vale, responsável pelos desastres ambientais de Mariana e Brumadinho, foi criticada por figurar nos espaços oficiais do evento, inclusive como patrocinadora oficial da COP30.

Ao final do evento, no palco principal, com a presença do presidente da COP30, André Corrêa do Lago, da ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, da ministra do Meio Ambiente e Clima, Marina Silva, do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, do cacique Raoni Metuktire, dentre outras lideranças, foi feita a leitura da declaração final da Cúpula dos Povos.

A declaração final apresenta algumas afirmações, como: o capitalismo como a principal causa da crise climática; denuncia que as comunidades periféricas são as mais afetadas, em decorrência dos eventos climáticos extremos e do racismo ambiental; denuncia empresas transnacionais e governos do norte global como comandantes do sistema capitalista, racista e patriarcal; posiciona-se contrária às falsas soluções, como a apresentada pelo governo brasileiro, o fundo TFFF; denuncia o fracasso do multilateralismo no formato atual; denuncia o modelo de transição energética; aponta que os interesses populares são radicalmente negados quando são privatizados, mercantilizados e financeirizados os bens comuns (Cúpula dos Povos, 2025b).

Diante dos desafios, foram demandadas, pelo documento, ações pautadas na justiça social, na reparação por danos socioambientais e responsabilização das empresas, demarcação de terras indígenas e proteção dos povos tradicionais, defesa da agroecologia, soberania alimentar, taxação de grandes corporações, defesa do feminismo, direitos humanos, dentre outros (Cúpula dos Povos, 2025b).

O maior evento global das Nações Unidas em Belém-PA

A cidade de Belém estava preparada para receber a COP30 em inúmeros detalhes. Plotagens em referência à cultura paraense, à cultura amazônica e à COP30 foram vistas no aeroporto, nos shoppings e nas ruas. Muitos elementos relacionados ao grande evento global que acontecia naqueles dias eram observados nas ruas da cidade.

Publicações oficiais registram investimentos federais volumosos para a modernização e a preparação turística da cidade para a conferência do clima. Melhorias no aeroporto, requalificação do Porto de Outeiro, instalação de placas bilíngues, dentre outros investimentos. Em fala, o ministro do Turismo destaca o legado para o desenvolvimento da Amazônia, ressaltando que a COP30 “[...] abriu caminho para um novo ciclo de crescimento do turismo na região Norte do país” (Brasil, 2025b).

A foto da Figura 5 representa um dos inúmeros totens referentes ao evento espalhados pela cidade. Também é possível observar uma decoração em referência ao Círio de Nazaré, festa religiosa reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Iphan e declarada

Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, que ocorreu pouco antes do período da COP. Várias referências à cultura paraense e amazônica estavam expostas nos espaços de ampla circulação turística.



Figura 5 - Foto do totem da COP30 em área próxima à Estação das Docas, em Belém.

A Amazônia e sua pluralidade, sua riqueza natural, social e cultural foram colocadas em evidência e celebradas de diferentes formas. Exposições, apresentações musicais, teatrais, ópera, cinema, contando com a presença de celebridades, autoridades, numerosos estrangeiros e visitantes.

Inúmeros estrangeiros e brasileiros circulavam pela cidade com os crachás oficiais da *Blue Zone*, ocupando massivamente supermercados, bares, restaurantes e shoppings.

Moradores locais demonstraram estar encantados com a presença massiva dos visitantes de todos os lugares do mundo. Foram registradas muitas falas de curiosidade sobre a origem do visitante, a opinião sobre a cidade, sobre as comidas e sobre a cultura. Um relato espontâneo, registrado na En-Zone, evidencia a euforia dessa conjuntura: “Eles vêm de fora para o evento; nós, que somos daqui, temos que aproveitar também”.

Uma pesquisa divulgada pelo Ministério do Turismo indicou que 72,6% dos paraenses estimaram um legado positivo dos investimentos federais e estaduais feitos para a COP30, além de também considerarem o aumento do prestígio e da visibilidade do Pará no Brasil (77,5%) e no exterior (69,3%) (Brasil, 2025b).



Figura 6 - Exposição sobre os festivais culturais da Região Norte.

As referências amazônicas estavam em todos os lugares, na decoração de Natal, nas exposições (ver Figura 6), nas diferentes linguagens artísticas. Para além de celebrar a cultura e as inúmeras riquezas, a Amazônia, como vitrine, estava sendo profundamente explorada nesse cenário de projeção global.

Toda essa conjuntura esteve imersa em uma estrutura de megaevento internacional, parecendo ser uma grande "Copa do Clima", cuja questão principal eram as negociações e acordos que ocorriam na *Blue Zone*, mas o entorno, numeroso em público e em eventos correlacionados, estava focado em promover e celebrar o "mundo verde sustentável" em meio ao fascinante contexto amazônico.

A Mercantilização da Sustentabilidade

Foram inúmeros os espaços que promoveram ações paralelas aos eventos oficiais da *Green* e *Blue Zone* da COP30. Espaços articulados pelos setores público, privado e pela sociedade civil organizada estavam voltados a debater e promover a questão climática.

Um exemplo foi a empresa mineradora Vale. Ela apresenta uma página em seu website oficial dedicada exclusivamente à sua participação na COP30, mostrando os espaços criados para debate e promoção de suas pautas durante a conferência.

A Vale criou um espaço denominado "Casa da Biodiversidade e Clima", que foi situado no Instituto Tecnológico Vale (ITV), com debates, painéis e apresentações científicas sobre temas como conservação e sociobiodiversidade. Também integrou o espaço C.A.S.E. - *Climate Action Solutions & Engagement*, criado em parceria com outras empresas do setor privado (ex.: Natura, Nestlé, Itaú e Marcopolo), que tratou de projetos com impacto e escala em florestas, bioeconomia e transição energética (Vale, 2026). Em meio à promoção dessas atividades, também fizeram parte da programação atividades culturais. Adicionalmente, a Vale ocupou estande na *Green Zone* e atuou como patrocinadora oficial da COP30.

Os destaques dados pela empresa como motivações para participação no evento expressam "compromisso de contribuir para uma economia de baixo carbono, por meio de uma mineração justa, inclusiva, integrando proteção e recuperação ambiental ao bem-estar de pessoas, comunidades e desenvolvimento econômico" (Vale, 2026).

O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) também ocupou destaque nos eventos da COP30. Além de ocupar um estande de 400 m² na *Green Zone*, promoveu um espaço próprio (En-Zone) no Parque Belém Porto Futuro, em área central da cidade (ver Figura 7). Segundo publicações oficiais, a En-Zone teve o objetivo de

promover o empreendedorismo a partir de experiências, inovação e conexão entre empreendedores da bioeconomia e foi uma realização do "[...] Sebrae/PA, com a Claro como parceira de conectividade, patrocínio da Hydro e Sicredi e apoio institucional da Prefeitura de Belém, Governo do Pará e Governo Federal" (Brelaz, 2025).



Figura 7 - Visão frontal da En-Zone, espaço oficial do Sebrae no Parque Belém Porto Futuro.

A En-Zone foi um dos espaços visitados durante o trabalho de campo. Constatou-se *in loco* a cena voltada a celebrar expressões artísticas da cultura paraense, em espaços expositivos com fotos, roupas, pinturas e esculturas.

Também era possível comprar artesanatos, roupas e acessórios dos mais diversos, assim como geleias, chocolates e mel, itens produzidos por pequenos empresários. No entanto, o que chamou a atenção é que as vendas cobravam um "preço-prêmio", valores significativamente mais altos em comparação com outras áreas comerciais da região.

Na composição do espaço, também havia uma praça de alimentação, ocupada por restaurantes locais, estrutura de mesas e cadeiras e um palco para as apresentações culturais.

O cenário era como em um festival de artes visuais e música, mas permeado pela lógica do consumo excludente, devido aos preços elevados cobrados pelos produtos, comidas e bebidas. Gratuitamente, eram apenas a entrada da En-Zone, mediante cadastro, pipoca, água e os brindes dos patrocinadores.

O espaço estava cheio, com fluxo intenso de pessoas desde a abertura das portas, além de ser bem celebrado, especialmente pela população local, que estava muito motivada com aqueles acontecimentos inéditos na cidade.

Além da área turística central, onde se localizava a En-Zone, diferentes espaços da cidade foram voltados à promoção empresarial.

A empresa Hydro, mineradora norueguesa que atua na produção de alumínio e de energias renováveis, também se dedicou à construção de eventos, espaços e ao marketing durante a COP30 (Hydro, 2025). Uma dessas propagandas estava estampada na entrada de um shopping center de Belém, conforme Figura 8.



Figura 8 - Propaganda da empresa Hydro na entrada do shopping.

A Hydro também dedica uma página no site oficial da empresa, detalhando as ações que desenvolveu para promover debates de seu interesse na COP30. Na publicação, o vice-presidente sênior de sustentabilidade do grupo destacou que "A COP30 na Amazônia é uma oportunidade única para demonstrar como a mineração e a produção de metais responsáveis podem contribuir para a transição verde e justa" (Hydro, 2025).

A empresa destacou resultados de sua atuação na Amazônia, como o número de empregos gerados, dinheiro investido em programas sociais e ambientais na região, além do esforço de descarbonização de sua indústria (Hydro, 2025).

A empresa Hydro destacou também a programação que integrou nos diferentes espaços da COP30. Participou de atividades em espaços oficiais, como *Blue* e *Green Zone*, e extraoficiais, como Freezone, En-Zone, dentre outros.

As mineradoras Vale e Hydro repercutiram na mídia por promoverem o discurso de que a "Mineração é Top", em alusão à expressão "Agro é Pop" veiculada em campanhas promocionais do agronegócio. Essa euforia do mercado mineral está relacionada à questão dos minerais críticos em decorrência da transição energética.

As mineradoras Vale e Hydro também repercutiram na mídia por figurarem entre as maiores patrocinadoras de coberturas jornalísticas na COP30, junto a outras empresas como JBS, Ambipar, Philip Morris Brasil, etc. (Souza, 2025). Empresas do agro também se destacaram ao pagar modelos, apresentadores de TV, músicos, médicos famosos, influenciadores, para intensificar propagandas sobre carne, especialmente nas vésperas da COP30 (Jordan *et al.*, 2025).

A empresa Vale também chamou a atenção pelo show que patrocinou, às vésperas da COP30, em um palco flutuante em área protegida de Belém, com artistas renomadas nacional e internacionalmente, como Dona Onete, Gaby Amarantos, Joelma, Mariah Carey (Jordan *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs como objetivo central refletir sobre as dimensões normativas e culturais-cognitivas no debate ambiental dos eventos da COP30 em Belém-PA, a partir das lógicas institucionais mercantilistas e naturalistas. Essa reflexão foi possível metodologicamente a partir de uma pesquisa qualitativa, com imersão etnográfica e análise de dados secundários provenientes de publicações oficiais e reportagens.

Os resultados apontam para um conjunto de elementos normativos e culturais-cognitivos que pautaram eventos, discursos, publicações, ações e estruturas, em torno do debate ambiental com diferentes tensionamentos, em busca de legitimidade pelos inúmeros atores envolvidos no processo (ex.: governos, empresas, movimentos sociais) e norteados por práticas cerimoniais.

Conferências como as COPs e tratados como o Acordo de Paris são mecanismos de articulação diplomática, que orientam os países signatários para construção de planos (NDCs) que operacionalizam o caráter regulatório desse ambiente institucional.

Nesta pesquisa, demos atenção aos aspectos normativos e culturais-cognitivos, nos quais se manifestaram as lógicas mercantilistas e naturalistas. O mundo ideal, almejado pelo Pacote Belém, traz normativas de uma "nova era para implementação" e celebra o encerramento do evento como um "sucesso". Esse pacote lista recomendações que normatizam o comportamento esperado pelos países signatários. É pautada a promoção de uma agenda objetiva, que concilia a adaptação das empresas capitalistas às demandas climáticas.

A "utopia" que o Pacote Belém traz para a realidade dos países signatários corresponde a indicadores que visam à cooperação internacional em mitigação, adaptação e investimento, como desfecho da COP30. São enfatizadas regras e compromissos a partir de um conjunto de normas e valores que indicam o comportamento esperado dos países, como evidenciado no pilar normativo (SCOTT, 2008).

A COP30 se assemelha a uma "Copa do Clima", com negociações, reuniões, debates públicos e privados, mas também celebrações, festas, exposições, em megaestruturas de repercussões globais, reforçando a dimensão cultural-cognitiva do evento.

Dentre as soluções apresentadas, a transição energética é questionada devido às consequências predatórias que o formato verde de geração de energia também provoca nos territórios. Nesse caso, as soluções apresentadas pelos espaços de negociação oficiais foram confrontadas nos eventos que integraram a Cúpula dos Povos, estes orientados pela lógica naturalista.

Representações como movimentos sociais, sindicatos, indígenas, afrodescendentes, dentre outros, estavam organizadas na Cúpula dos Povos, disputando as dimensões normativas e culturais-cognitivas no debate ambiental das mudanças climáticas, mobilizadas nas atividades do evento e na carta final, divulgada como resultado dos debates e mobilizações sociais organizadas.

O formato e desfechos oficiais da COP30 foram questionados. Preocupada com os desdobramentos das decisões estabelecidas nos espaços oficiais, que trazem implicações para a natureza e para os povos, a Cúpula dos Povos, a partir da lógica não-mercantilista, denuncia a proximidade do "fim do mundo" frente às injustiças sociais, ao racismo, às desigualdades, à exploração e à devastação do ambiente natural.

Paralelamente, empresas e organizações capitalistas também se fizeram presentes, demonstrando adaptação normativa e cultural-cognitiva nos espaços oficiais do evento e fora dele, disputando o protagonismo a partir do desenvolvimento e do progresso, investindo em demonstrações de adaptação do negócio, seguindo o que se apresenta como sustentabilidade no "capitalismo verde". Uma demonstração do alinhamento ao discurso da sustentabilidade

sustentado como legítimo e institucionalizado no campo (Jennings; Zandbergen, 1995, Zanoni; Oliveira, 2023).

A lógica de mercado e o consumo seguiram ditando as regras nos diferentes espaços do evento; o greenwashing foi intensivamente usado por grandes corporações, buscando demonstrar conformação com as expectativas normativas e cultural-cognitivas protagonizadas na COP30.

Além disso, discursos e mobilizações em torno da imagem de que a "Mineração é TOP", a presença de propaganda em lugares públicos estratégicos, o patrocínio de coberturas jornalísticas, o patrocínio de influenciadores digitais e mobilizadores da opinião pública, a mobilização cultural com artistas renomados, ou a mobilização de ativos culturais para demonstrar alinhamento à Amazônia expressam a articulação de aspectos culturais-cognitivos voltados à legitimidade institucional, orientados pela lógica mercantilista. As narrativas e dados apresentados evidenciam um campo de disputas, cuja conformação parece estar longe de acontecer.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, Paulo. COP-30 e o agravamento da crise climática: caminhos para a construção de uma sociedade sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 39, n. 114, 2025.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **"A COP30 será nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático"**, convoca Lula na última sessão temática da Cúpula de Líderes do G20 Brasil. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/a-cop30-sera-nossa-ultima-chance-de-evitar-uma-ruptura-irreversivel-no-sistema-climatico-convoca-lula-na-ultima-sessao-tematica-da-cupula-de-lideres-do-g20-brasil. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **COP30**: como começamos. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/cop30/cop30-como-comecamos. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mais de 70% dos paraenses apostam em legado positivo da Conferência do Clima, aponta pesquisa**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mais-de-70-dos-paraenses-apostam-em-legado-positivo-da-conferencia-do-clima-aponta-pesquisa. Acesso em: 7 maio 2026.

BRASIL. Presidência da COP30. **Relatório executivo da COP30**. Belém: COP30 Brasil, 2025c. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/relatorio-executivo-da-cop30. Acesso em: 7 maio 2026.

BRELAZ, Aline. **En-Zone abre as portas na COP30**: saiba mais sobre a Zona do Empreendedorismo. *ASN Nacional – Agência Sebrae de Notícias*, 10 nov. 2025. Disponível em: https://agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/en-zone-abre-as-portas-na-cop30-saiba-mais-sobre-a-zona-do-empreendedorismo/. Acesso em: 7 maio 2026.

COP30. **COP30 aprova o Pacote Belém**. Belém, 2025a. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/noticias-da-cop30/cop30-aprova-o-pacote-belem. Acesso em: maio 2026.

COP30. **Sobre a COP30**. Belém, 2025b. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30. Acesso em: maio 2026.

CÚPULA DOS POVOS. **Cúpula dos Povos encerra com números recordes e entrega carta política à COP30**: foram 25 mil credenciados e lideranças de mais de 65 países reafirmando a força da ancestralidade e da solidariedade internacional. 2025a. Disponível em: https://cupuladospovoscop30.org/vitoria-na-amazonia-cupula-dos-povos-encerra-com-numeros-recordes-e-entrega-carta-politica-a-cop30/. Acesso em: maio 2026.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração da Cúpula dos Povos rumo à COP30**. 2025b. Disponível em: https://cupuladospovoscop30.org/declaracao-final/. Acesso em: maio 2026.

DA SILVA, César Augusto Marques. Os desastres no Rio de Janeiro: conceitos e dados. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 55–72, 2015.

FARIA, N. M. X.; SKAMVETSAKIS, A. Eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul e os impactos na saúde dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 50, 2025.

FLIGSTEIN, N. **The Architecture of Markets. Princeton: Princeton University Press**, 2001.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back in. In: POWELL, W. W.; DiMAGGIO, P. J. (Eds.). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 232-263.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

HAHN, T.; PINKSE, J.; PREUSS, L.; FIGGE, F. Tensions in corporate sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 127, n. 2, p. 297-316, 2015.

HYDRO. **Hydro na COP30**. [2025]. Disponível em: https://www.hydro.com/br/global/imprensa/na-agenda/hydro-na-cop30/. Acesso em: 19 maio 2026.

IPCC. Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. **Mudança do clima 2023: relatório síntese**. Genebra, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport_PO.pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

JENNINGS, P. D.; HOFFMAN, A. J. Institutional theory and the natural environment: building research through tensions and paradoxes. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T.; MEYER, R. (Ed.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. London: Sage Publications, 2017. p. 759-785.

JORDAN, TJ; RANJAN, Akhil; SHERRINGTON, Rachel; CARLILE, Clare; DESMOG. **O agro é publi**: gigantes do agronegócio pagam personalidades brasileiras antes da COP30. *Agência Pública*, 17 nov. 2025. Disponível em:

https://apublica.org/2025/11/publi-do-agro-empresas-pagam-personalidades-antes-da-cop30/. Acesso em: 20 maio 2026.

MAANEN, J. V. The Fact of Fiction in Organizational Ethnography. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 539, dez. 1979.

MAANEN, J. V. The present of things past: ethnography and career studies. **Human Relations**, v. 68, n. 1, 35-53, 2015.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. da. Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. spe, p. 33-49, 2010.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. da; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. esp. 1, p. 9-39, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **UN Climate Change Conferences**. Nova York, [s.d.]. Disponível em: https://www.un.org/en/climatechange/un-climate-conferences. Acesso em: maio 2026.

PACHE, A. C.; SANTOS, F. When worlds collide. **Academy of Management Review**, v. 35, n. 3, p. 455-476, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Comunicação. **Boletins sobre o impacto das chuvas no RS**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://www.estado.rs.gov.br/boletins-sobre-o-impacto-das-chuvas-no-rs. Acesso em: 7 maio 2026.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. 3. ed. London: Sage Publications, 2008.

SHRIVASTAVA, P. The role of corporations in achieving ecological sustainability. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 936-960, 1995.

SOUZA, Alice de. **Vale e JBS são as que mais patrocinam cobertura jornalística da COP30 na grande mídia**. *The Intercept Brasil*, 10 nov. 2025. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/11/10/vale-e-jbs-sao-as-que-mais-patrocinam-cobertura-jornalistica-da-cop30-na-grande-midia/. Acesso em: 19 maio 2026.

THORNTON, P. H.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The Institutional Logics Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ZANONI, Beatriz Lima; DE OLIVEIRA, Samir Adamoglu. Reflections on sustainability's meaning in organizations. **RAE - Revista de Administracao de Empresas** , *[S. l.]*, v. 63, n. 2, p. e2022–0028, 2023.